

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.513 - SP (2019/0007207-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : DARCY DE BRITO SOBRAL  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIO CÉSAR GAIOZO E OUTRO(S) - SP236274  
FERNANDA SANCHES GAIOZO - SP237531  
**RECORRIDO** : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE  
**ADVOGADOS** : RENATA CRISTINA PASTORINO GUIMARÃES RIBEIRO -  
SP197485  
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S)  
- SP273843

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA. REAJUSTE DE PLANO DE SAÚDE. RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. *SURRECTIO*. INAPLICABILIDADE. DESARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

DARCY DE BRITO SOBRAL (DARCY) ajuizou ação declaratória contra SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE (SUL AMÉRICA), alegando que a cláusula de reajuste de contrato de plano de saúde pelo implemento de 60 anos é inválida, pleiteando, assim, a restituição de parcelas pagas a maior.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, declarando a nulidade da majoração por mudança de faixa etária a partir de 60 anos, determinando a redução da mensalidade do plano de saúde e vedando novos aumentos a esse título, mantidos apenas os reajustes anuais previstos em contrato, bem como condenando SUL AMÉRICA a restituir a DARCY os valores pagos a maior desde a data do ajuizamento da ação (e-STJ, fls. 37/42).

Interposta apelação por DARCY, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 59):

*APELAÇÃO - Plano de Saúde - Ação Ordinária de Obrigação de Fazer - Alegação de reajuste abusivo das mensalidades após 60 anos - Pretensão de que seja declarada nula a cláusula que prevê o reajuste e a devolução em dobro do valor pago indevidamente - Sentença de parcial procedência - Inconformismo da autora, alegando, basicamente, que o valor pago indevidamente deve ser restituído, em dobro, desde quando foi aplicado o reajuste abusivo*

- Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos por DARCY foram rejeitados (e-STJ, fls. 140/144).

Inconformada, DARCY interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 206, §3º, IV, do CC/02 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que prescreve em três anos a pretensão de repetir o indébito decorrente de abusividade de cláusula de reajuste de plano de saúde, não sendo aplicável o instituto da *surrectio* para limitar a restituição aos valores pagos após a propositura da demanda.

SUL AMÉRICA ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 240/258).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de origem admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do período abrangido pela restituição das parcelas

O Tribunal de origem concluiu que a pretensão de restituição das parcelas pagas indevidamente a título de reajuste de plano de saúde pelo implemento de 60 anos estaria inviabilizada no período anterior à propositura da ação, nos seguintes termos:

*Porém, ainda que verificado que o prazo prescricional no caso é de 10 (dez ) anos, não há como deixar de observar o largo tempo decorrido entre a data em que a autora completou 60 (sessenta) anos, momento em que ocorreu o primeiro reajuste impugnado, quando já estava em vigor o Estatuto do Idoso, em maio de 2013, e a de propositura da presente ação, janeiro de 2016, quase 3 (anos) anos.*

*(...)*

*Na esteira de tais ensinamentos, fácil é verificar que a omissão*

*da autora em exercer seu direito de pugnar pela não majoração da mensalidade de seu plano de saúde por faixa etária, outorgado pelo Estatuto do Idoso, pelo longo período de quase 3 (três) anos, determinou a perda de tal direito, por ter gerado na ré a expectativa, a confiança, de que não mais seria exercido.*

*Ora, ainda que se fuja da generalização, que não se presta a contemplar as nuances de cada caso em foco, forçoso é considerar que o prazo máximo de 1 (um) ano se apresenta como razoável para o exercício do direito em comento, não podendo, portanto, ser excedido, sob pena de desbordar da boa-fé esperada e ensejar a perda do direito.*

*(...)*

*Enfim, não há dúvida da ocorrência da “SUPRESSIO”, que favorece a ré e determina que a devolução dos valores cobrados a maior nas mensalidades da autora não seja desde a época dos referidos reajustes, mas sim desde a data da propositura da ação, como bem determinado pelo MM Juiz sentenciante, pois, repita-se, o decurso do tempo sem o exercício do direito de se insurgir contra epigrafada majoração de mensalidade, permitiu à ré inferir o surgimento de uma posição jurídica, derivada do princípio da boa-fé objetiva, que se presta, dentre outras, à preservação da segurança nas relações jurídicas consolidadas (e-STJ, fls. 64/67).*

No entanto, o acórdão recorrido, ainda que não tenha reconhecido a prescrição, ao concluir que os valores anteriores à propositura da ação não deveriam ser repetidos, em última análise, acabou por destoar do entendimento desta Corte firmado em recurso repetitivo, no sentido de que prescreve em três anos a pretensão à declaração de nulidade de cláusula de reajuste abusiva e à consequente restituição do indébito. Confira-se:

*1. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CIVIL. CONTRATO DE PLANO OU SEGURO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA DE REAJUSTE. ALEGADO CARÁTER ABUSIVO. CUMULAÇÃO COM PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. EFEITO FINANCEIRO DO PROVIMENTO JUDICIAL. AÇÃO AJUIZADA AINDA NA VIGÊNCIA DO CONTRATO. NATUREZA CONTINUATIVA DA RELAÇÃO JURÍDICA. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRETENSÃO FUNDADA NO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 2. CASO CONCRETO: ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO CONVERGE COM A TESE FIRMADA NO*

*REPETITIVO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO ÂNUA PREVISTA NO ART. 206, § 1º, II DO CC/2002. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Em se tratando de ação em que o autor, ainda durante a vigência do contrato, pretende, no âmbito de relação de trato sucessivo, o reconhecimento do caráter abusivo de cláusula contratual com a consequente restituição dos valores pagos indevidamente, torna-se despicienda a discussão acerca de ser caso de nulidade absoluta do negócio jurídico - com provimento jurisdicional de natureza declaratória pura, o que levaria à imprescritibilidade da pretensão - ou de nulidade relativa - com provimento jurisdicional de natureza constitutiva negativa, o que atrairia os prazos de decadência, cujo início da contagem, contudo, dependeria da conclusão do contrato (CC/2002, art. 179). Isso porque a pretensão última desse tipo de demanda, partindo-se da premissa de ser a cláusula contratual abusiva ou ilegal, é de natureza condenatória, fundada no ressarcimento de pagamento indevido, sendo, pois, alcançável pela prescrição. Então, estando o contrato ainda em curso, esta pretensão condenatória, prescritível, é que deve nortear a análise do prazo aplicável para a perseguição dos efeitos financeiros decorrentes da invalidade do contrato.*

*2. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base em nulidade absoluta ou relativa. Porém, sua pretensão condenatória de repetição do indébito terá que se sujeitar à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável.*

*(...)*

*9. A pretensão de repetição do indébito somente se refere às prestações pagas a maior no período de três anos compreendidos no interregno anterior à data do ajuizamento da ação (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002; art. 219, caput e § 1º, CPC/1973; art. 240, § 1º, do CPC/2015).*

*10. Para os efeitos do julgamento do recurso especial repetitivo, fixa-se a seguinte tese: Na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002.*

*11. Caso concreto: Recurso especial interposto por Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. a*

*que se nega provimento.*

(REsp 1.360.969/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Segunda Seção, j. em 10/08/2016, DJe 19/09/2016)

Vale salientar, ainda, que a Corte *a quo* partiu de premissa equivocada, ao entender pela incidência do prazo prescricional de dez anos, pois como visto, o prazo para exercício da pretensão em tela é de três anos, o qual sequer se poderia considerar largo.

Aliás, em seu voto vencedor, o Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esclareceu que a redução drástica dos prazos prescricionais foi um dos motes do CC/02, a fim de evitar prejuízos à estabilização das relações jurídicas consolidadas no tempo, bem como o agravamento do passivo durante longo prazo, o que ocorreria caso adotado o prazo de dez anos. Por elucidativo, confira-se:

*É inegável que a redução drástica dos prazos prescricionais foi uma das tônicas implementadas pelo novo Código Civil. A revolução tecnológica operada nos meios de comunicação e de informação desde a edição do Código Civil de 1916 reduziu as distâncias também dos marcos prescricionais.*

*É importante destacar que, ao contrário do que a primeira vista possa parecer, prazos processuais mais elásticos não significam maior exercício de cidadania ou da defesa de direitos.*

*Ao revés, impedem a desejada estabilização das relações jurídicas consolidadas pelo tempo; dificultam a produção da prova, tornando-a dispersa ou ainda mais perecível; postergam o exercício dos direitos e, com isso, diminuem a sua efetividade; agravam o passivo das condenações; obstruem o sistema judiciário mediante a propositura tardia de milhares de demandas de massa (e.g. expurgos inflacionários de cadernetas de poupança ou de FGTS; subscrição de ações de telefonia), prejudicando, assim, a consolidação do exercício desses direitos por meio da tutela coletiva.*

*Reitero, portanto, que, a meu juízo, não se justifica a tolerância de uma cláusula tida por abusiva por aproximadamente uma década, além de que a repetição do indébito por esse longo período (agravamento do passivo) poderia comprometer, inclusive, a higidez do próprio sistema coletivo de assistência à saúde, em prejuízo dos próprios consumidores, inclusive o demandante.*

Ademais, a Terceira Turma já teve oportunidade de decidir que a configuração da *supressio*, em virtude do não exercício do direito subjetivo em prazo

razoável no curso da relação contratual, deve evidenciar conduta manifestamente desleal, em afronta à boa-fé objetiva, não reconhecendo como desleal o ajuizamento de ação por usuário de plano de saúde pleiteando a manutenção de plano nas mesmas condições anteriores, não no novo modelo apresentado pela operadora. Veja-se:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. EXTINÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. MANUTENÇÃO NO PLANO NAS MESMAS CONDIÇÕES. PRAZO DE PRESCRIÇÃO DE DEZ ANOS. SUPRESSIO NÃO CONFIGURADA NA HIPÓTESE DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE AÇÃO.*

*1. Para configuração da "supressio", consistente no não exercício do direito subjetivo por tempo além do razoável no curso da relação contratual, deve se apresentar como conduta manifestamente desleal, violadora dos ditames da boa-fé objetiva.*

*2. Não se apresenta como manifestamente desleal o ajuizamento de uma ação onde a parte postula a manutenção em plano de saúde nos moldes antigos, e não no novo modelo ofertado pela fornecedora de serviço.*

*3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

(AgInt no REsp 1.471.621/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. em 09/11/2017, DJe 23/11/2017)

*Mutatis mutandis*, não é razoável suprimir da parte, usuária de plano de saúde, o direito de pleitear a nulidade de reajuste abusivo, conforme iterativa jurisprudência do STJ, e consequente restituição, exercido antes do prazo prescricional de três anos, já declarado em recurso repetitivo.

Portanto, não havendo circunstância na presente demanda que a diferencie da hipótese apreciada no recurso repetitivo, há de ser adotada a conclusão firmada no precedente vinculante, não se limitando o direito do usuário à restituição de valores ao período posterior ao ajuizamento da ação.

Confira-se, ainda:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 359 DO CPC. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. IMPROVIDO.*

*1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o Tribunal de*

*origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.*

*2. É vedado, em recurso especial, o reexame de fatos e provas, o que obsta o conhecimento do recurso quanto à alegação de violação do art. 333 do CPC/73.*

*3. As razões do recurso especial não impugnaram o fundamento do acórdão de que os documentos comprobatórios da regularidade das transações devem ser mantidos pelo prazo prescricional da ação de prestação de contas, sob pena de esvaziá-las por completo, o que atrai a incidência do enunciado n. 283 da Súmula do STF quanto ao ponto.*

*4. A ação de prestação de contas tem por base obrigação de natureza pessoal, a ela se aplicando, na vigência do antigo Código Civil, a prescrição vintenária prevista no art. 177 (REsp n. 1.125.130/PR, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 1/9/2011, DJe 1º/3/2012), de modo a se afastar a pretensão de aplicação da supressio.*

*5. Agravo regimental improvido.*

(AgRg no AREsp 644.134/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 27/09/2016, DJe 06/10/2016 – sem destaques no original)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para afastar a limitação do direito à repetição do indébito ao período posterior ao ajuizamento da presente demanda.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de abril de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator